



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para contratação de empresa de assessoria contábil, a fim de auxiliar a Procuradoria-Geral nas ações judiciais que têm por propósito o reconhecimento de diferenças remuneratórias decorrentes da conversão de Cruzeiro Real (CR\$) para Real (R\$), através da Unidade Real de Valor – URV, com a seguinte especificação:

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
01	Laudo	200	Contratação de empresa de assessoria contábil, especializada na conversão de CR\$ para R\$, através da URV, a fim de prestar serviços na área de consultoria e perícia nos processos judiciais da Justiça Comum em que houve reconhecimento de diferenças salariais no momento da conversão realizada pelo Município, e, posterior Cumprimento de Sentença, em casos procedentes, atuando como Assistente Técnico para eventual elaboração de laudo pericial nas demandas em que o resultado seja prejudicial ao Município.

Portanto, conforme especificação, a empresa deve ser especializada na conversão de CR\$ para R\$, através da URV, no intuito de prestar consultoria contábil e pericial nos processos judiciais da Justiça Comum em que houve reconhecimento de diferenças salariais no momento da conversão realizada pelo Município e, posterior Cumprimento de Sentença, em casos procedentes, atuando como Assistente Técnico para eventual elaboração de laudo nas demandas em que o resultado seja prejudicial ao Município.

2. DA JUSTIFICATIVA

A contratação é relevante e primordial para a Administração Pública, visto que tramitam na Comarca de Santo Antônio da Patrulha/RS, ações judiciais que pleiteiam o referido reconhecimento. Além do mais, durante o curso dos processos, houve entendimentos divergentes entre os peritos nomeados pelo Juízo. Grande maioria confirma a inexistência da perda remuneratória no momento da conversão, mas uma parcela dos peritos entende o contrário, ensejando a procedência da lide. Nessas ações, as decisões são fundamentadas pelos laudos



apresentados e, por tal razão, a fim de evitar prejuízo ao erário, necessária a contratação de assessoria contábil, atuando como Assistente Técnico, elaborando laudos em todas as demandas que o laudo pericial, apresentado pelo perito do Juízo, seja prejudicial ao Executivo Municipal.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da assinatura, podendo ser renovada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, ficando facultada a Administração converter eventual saldo em contrato;

3.2 Nos termos do art. 83, da Lei Federal 14.133/21, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

3.3 Em cada contratação decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital que a precedeu.

4. DO PAGAMENTO

4.1 O pagamento será efetuado, em até 15 (quinze) dias, após a entrega e aceitação dos respectivos cálculos e/ou laudos, mediante apresentação dos documentos de cobrança, em nome do Município de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deve estar discriminado tudo o que foi entregue, e deverá, ainda, constar na Nota Fiscal os dados bancários para pagamento, o número da Licitação, da Ata e o número da Nota de Empenho prévio, emitida por esta Prefeitura;

4.2 O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório;

4.3 O pagamento somente será realizado após liberação, realizada pelo Fiscal do Contrato;

4.4 Havendo atraso no pagamento do objeto contratual, o contratante pagará juros de 0,5% ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade;

4.5 Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária;

4.6 A contratada deverá apresentar a NF ou Fatura, destacando os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra fato gerador desses e outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento, conforme disposto no Decreto Municipal n.º 271/2022 e IN RFB n.º 1.234/2012, alterado pela IN 2108/2022;

4.7 A contratada deverá emitir 01 (uma) NF por Empenho (caso sejam emitidos mais de uma Nota de Empenho para o serviço contratado).



5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.1 Prova de regularidade e registro da empresa na entidade profissional competente, (Conselho Regional de Contabilidade) devendo possuir responsável técnico, devidamente habilitado, conforme as áreas de atuação previstas no objeto, em plena validade;

6.2 Comprovação de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes;

6.2.1 A prova poderá ser realizada através de um dos seguintes documentos: I - certidão ou atestado juntamente com o contrato de prestação de serviços; II - contrato de prestação de serviços; III - carteira de trabalho profissional, com experiência de no mínimo 12 (doze) meses.

7. DO PRAZO, FORMA, ENTREGA E FISCALIZAÇÃO

7.1 O serviço deverá ser prestado pela empresa vencedora do certame, em até 05 (cinco) dias, a contar da solicitação formal emitida pelo Fiscal do Contrato, através do envio de Nota de Empenho;

7.2 Juntamente com a solicitação formal, o Fiscal encaminhará à contratada, através de endereço eletrônico, download integral dos autos da ação, juntamente com toda a documentação necessária para realização do serviço;

7.3 A entrega dos laudos deverá ser realizada por meio de endereço eletrônico, no prazo estabelecido no item “5.1”, de segunda-feira a sexta-feira, das 08h às 17h;

7.4 O endereço para entrega é: procuradoria@santoantoniopatrulha.rs.gov.br;

7.5 Os serviços serão recebidos e aceitos, mediante fiscalização e estarão sujeitos à correção caso não atendam as especificações exigidas no Edital, caso este, em que o licitante vencedor, obrigatoriamente, deverá efetuar a correção;

7.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções;

7.6 O Fiscal do Contrato será o servidor Eduydes Sinhorelli Netto, nos termos da Portaria n.º 2.118, de 15 de julho de 2024.

8. DAS OBRIGAÇÕES

8.1 – Do Município:

8.1.1 Atestar na NF ou Fatura a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho;



8.1.2 Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

8.1.3 Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Empenho;

8.1.4 Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

8.1.5 Notificar, por escrito, a detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção;

8.1.6 A fiscalização do serviço;

8.2 – Do Prestador dos Serviços:

8.2.1 Entregar o objeto licitado conforme especificações desta Ata e em consonância com a proposta de preço;

8.2.2 Obedecer à cronologia da entrega dos produtos, atendendo as solicitações da contratante;

8.2.3 Indenizar terceiros por eventuais prejuízos decorrentes da execução ou inadimplência da presente Ata independentemente das sanções aplicáveis e demais responsabilidades;

8.2.4 Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia e expressa autorização da contratante;

8.2.5 Atender as determinações da fiscalização da contratante;

8.2.6 Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

8.2.7 Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo contratante no prazo de 02 (dois) dias;

8.2.8 Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% do valor inicial atualizado do contrato ou da Nota de Empenho;

8.2.9 Arcar com todas as despesas ou quaisquer acréscimos legais que correrão por conta exclusiva da contratada;

8.2.10 Refazer o serviço, objeto da Ata de Registro de Preços, caso não esteja de acordo com o exigido.

9. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

9.1 As contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da Nota de Empenho pela detentora;

9.2 A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento;

9.3 Toda prestação dos serviços deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho;



9.4 A empresa prestadora dos serviços, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento;

9.5 A cópia da Nota de Empenho será anexada ao processo de administração da Ata.

10. DAS PENALIDADES

O licitante participante poderá ser responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado:

- a) Multa de 3% (três por cento) do valor global da proposta apresentada;
- b) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio da Patrulha pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

II – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) do valor global da proposta apresentada;
- b) Impedimento de licitar e contratar com o Município de Santo Antônio da Patrulha pelo prazo máximo de 03 (três) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários para fazer frente às despesas da presente licitação serão alocados quando da emissão da Nota de Empenho.

12. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

12.1 A prestação objeto da presente Ata de Registro de Preços, será autorizada, em cada caso, pelo Ordenador de Despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras e Licitações – DEC (ou à Comissão de Acompanhamento do Sistema de Registro de Preços), os quantitativos das aquisições;

12.2 A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Santo Antônio da Patrulha/RS, 23 de junho de 2025.

Rodrigo Gomes Massulo
Prefeito Municipal

PLANILHA DE CUSTOS SERVIÇOS DE MEDICINA DO TRABALHO SEMAF - ASSESSORIA CONTÁBIL							
FUNÇÃO	Carga Horária	QTD	Valor Mensal	Encargos	Custo Total	Fator de utilização	Custo mensal
Perito Contábil CBO 252215	40 h semanais	3	R\$ 19.550,00	R\$ 13.802,30	R\$ 100.056,90	100,00%	R\$ 100.056,90
				TOTAL	R\$ 100.056,90	100,00%	R\$ 100.056,90

Descrição dos itens	Quantidade	Unit	Total	Custo mensal
TOTAL MO				R\$ 100.056,90
CUSTOS INDIRETOS	15%			R\$ 15.008,54
LUCRO	25%			R\$ 25.014,23
TOTAL (MO + LUCRO)				R\$ 140.079,66
TRIBUTOS				
PIS	1,65%	R\$ 159.634,94		R\$ 2.633,98
COFINS	7,60%	R\$ 159.634,94		R\$ 12.132,26
ISS	3,00%	R\$ 159.634,94		R\$ 4.789,05
	12,25%			
TOTAL MENSAL				R\$ 159.634,94
TOTAL DE LAUDOS			200	
VALOR UNITÁRIO				798,17